

**ESTIGMA E IDENTIDADE NA VIDA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA:  
“ALGUMA COISA ESTÁ FORA DA ORDEM”<sup>1</sup>?**

***THE STIGMA AND IDENTITY IN PEOPLE'S LIVES WITH HANDICAP, "ALGUMA  
COISA IS OUT OF ORDER?"***

Recebido em: 19/08/20

Aceito em: 13/09/2020

Rita De Cássia Barbosa Paiva Magalhães <sup>2</sup>

Eliana Costa Guerra <sup>3</sup>

Renan Antônio Da Silva <sup>4</sup>

**Resumo:** A história social das pessoas com deficiência tem sido marcada por movimentos contínuos de aceitação-negação. Em 2014, Richard Dawkins, renomado cientista britânico, afirmou ser imoral o nascimento de uma criança com síndrome de Down. Neste mesmo ano, no Brasil, uma mulher com Síndrome de Down tornou-se a primeira educadora no país<sup>5</sup>. Entre estas duas realidades, impõe-se um vasto campo de possibilidades, ou melhor, de barreiras à aceitação de pessoas com deficiência em nossa sociedade. A aceitação da deficiência, ainda que marcada por contradições, em verdadeiro movimento pendular entre afirmação-negação, que se expressa, também, nas pessoas estigmatizadas e em suas famílias, constitui passo decisivo para o atendimento destas pessoas, em suas diferenças e semelhanças, por políticas e programas específicos, com vistas à equidade e à ampliação de direitos sociais.

**Palavras-chave:** Deficiência, Movimento Social, Aceitação, Direitos Humanos.

**Abstract:** The social history of people with disabilities has been marked by continuous movements of acceptance-denial. In 2014, Richard Dawkins, a renowned British scientist, said the birth of a child with Down syndrome was immoral. That same year, in Brazil, a woman with Down Syndrome became the first educator in the country. Between these two realities, a vast field of possibilities is imposed, or rather, barriers to the acceptance of people with disabilities in our society. The acceptance of the disability, although marked by contradictions, in a real pendular movement between affirmation-denial, which is also expressed in stigmatized people and their families, constitutes a decisive step in the care of these people, in their differences and similarities, for specific policies and programs, with a view to equity and the expansion of social rights.

**Keywords:** Disability, Social Movement, Acceptance, Human Rights.

<sup>1</sup>Alguma coisa está fora da ordem é trecho da canção “Fora da Ordem” de Caetano Veloso, gravada na década de 1990.

<sup>2</sup>Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Ceará (2005), docente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0351736925269307>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9052-2395>. E-mail: [ritafora@hotmail.com](mailto:ritafora@hotmail.com)

<sup>3</sup>Doutora em Sociologia pela Universidade de Paris VIII (2003), docente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4235304768982007>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7838-5965>  
E-mail: [elianacostaguerra@hotmail.com](mailto:elianacostaguerra@hotmail.com)

<sup>4</sup>Doutor em Educação Escolar (2018) pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/ Araraquara) e docente Permanente no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPG-PP) da Universidade de Mogi das Cruzes. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5491042310888384>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1171-217X>. E-mail: [r.silva@unesp.br](mailto:r.silva@unesp.br)

<sup>5</sup>Mais detalhes em [http://www.brasilpost.com.br/2014/08/22/richard-dawkins-sindrome-down\\_n\\_5700483.html](http://www.brasilpost.com.br/2014/08/22/richard-dawkins-sindrome-down_n_5700483.html) e <http://www.cartanaescola.com.br/single/show/238>.

## **INTRODUÇÃO**

Dentre os direitos sociais, o acesso à educação constitui uma das dimensões fundamentais para a ampliação da cidadania e para uma participação ativa na vida social, uma vez que muitas dimensões, a exemplo do trabalho, dependem da educação formal para a inserção nesse âmbito. Políticas específicas no campo da educação, legislações no campo do trabalho têm sido implantadas na perspectiva da inserção social de pessoas com deficiência. Todavia, a efetivação, ainda tem sido marcada por contratemplos, avanços e retrocessos.

A almejada universalização do ensino fundamental para pessoas com deficiência tem vivido impasses, em decorrência, por exemplo, de não termos dados estatísticos confiáveis sobre o número de pessoas com deficiência em idade escolar que estão fora da escola no país. (MELETTI; RIBEIRO, 2011).

A proteção e a segurança de pessoas com deficiência constituem dimensões a merecer atenção. Agressões, maus-tratos, preconceitos não são fatos incomuns no cotidiano destas pessoas. Estima-se que, muitos eventos de violência não cheguem ao conhecimento de autoridades públicas, por não serem notificados, fazendo crer que a violência tem dimensão e gravidade menores.

Tais realidades nos levam a insistir na pertinência do conceito Estigma em Erving Goffman não como base teórica, em termos positivistas, mas como conceito transversal às discussões sobre socialização de pessoas com deficiência realizadas neste ensaio.

Com base nestas argumentações, o objetivo deste artigo – um ensaio - é problematizar a pertinência dos conceitos de Estigma e Identidade, notadamente, na obra de Erving Goffman (1988), como ferramenta analítica na compreensão/apreensão das relações sociais das pessoas com deficiência. O ensaio está organizado em três partes: na primeira, denominada “O conceito de estigma e (in)visibilidade perversa de pessoas com deficiência: considerações preliminares”, discutimos a pertinência do conceito de Estigma como ferramenta de análise das concepções sociais de pessoas com deficiência; na continuidade, problematizamos as relações entre identidade e estigma para, em seguida, finalizamos o artigo com “Considerações Finais: o estigma e a ordem.”

## **O CONCEITO DE ESTIGMA E (IN)VISIBILIDADE PERVERSA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES**

O canadense Erving Goffman (1922-1982) desenvolveu interesse científico no campo da sociologia, tendo centrado seus estudos nos fenômenos da vida cotidiana. Tomou como foco de seus estudos o que se convencionou chamar de “ordem da interação social”. Ao analisar empiricamente como o Estigma se impõe na constituição e manipulação das identidades, pôs em evidência, o papel dos contatos mistos, defendendo a premissa de que para entender o Estigma é fundamental lançar um olhar para a sociedade e não unicamente para o indivíduo, em termos psicológicos. Para Goffman (1988), contatos mistos são aqueles que ocorrem face a face entre pessoas consideradas normais e estigmatizadas, notadamente, aquelas com deficiência e/ou transtornos psíquicos. Quando lançou sua obra, a perspectiva da segregação escolar e social deste grupo ainda era defendida, a luta antimanicomial ainda não estava na ordem do dia, tampouco a noção de inclusão escolar.

Assim, escrutinou processos de marginalização social, tomando-os como resultantes de práticas, depreciativas ou não, presentes inclusive em contextos institucionais, oriundas das categorizações e dos rótulos com os quais pessoas com deficiência são enquadradas, para, a partir daí, esperar que correspondam, em seus múltiplos papéis sociais, a expectativas criadas em torno de sua identidade. Neste sentido, seus estudos consistiram na compreensão de como as expectativas normativas direcionam o nosso olhar sobre o que se convencionou a denominar “diferente”.

Para entender as “regularidades da ordem social”, pesquisou, justamente, os que estavam fora de tal ordem e, de forma peculiar, se interpôs a uma perspectiva biomédica de deficiência. Na atualidade, suas teses podem parecer basear-se na perspectiva dos “tipos sociais” weberianos, apresentando, pois, natureza linear. Todavia, instiga-nos, em seu trabalho, a capacidade descritiva e analítica, capaz de ajudar-nos a compreender o *modus operandi* e o impacto da norma na vida social dos ditos estigmatizados. De fato, em nosso entendimento, tais fundamentos possibilitam-nos apreender como a contradição do capitalismo - ordem econômica de nossos tempos - se evidencia, por exemplo, no processo de interação social entre estigmatizados e não estigmatizados, na primeira metade do século XX.

Consideramos quase impossível alguém sair ileso da leitura de seus livros clássicos: “Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada”, publicado em 1963, ou de “Manicômios, Conventos e Prisões”, publicado em 1961, a descrição livre de paixões ou adjetivações gera uma espécie de efeito rebote. Assim, ao entrar em contato com sua forma de lidar com o conceito de estigma, o incomodo patente, parece advir do fato deste como que nos

insultar, ao descrever uma jovem cega ouvir elogios de seus dois amigos acerca de sua beleza, para, em seguida, escutar dos mesmos que jamais a namorariam por causa da cegueira.

Em outro trecho, nos interpela, ao indicar como pode ser cansativa a vida de um estigmatizado, tratado com “simpatia” por estranhos, que, assim, se permitem, ficar à vontade para conversas do tipo:

Minha filha como você conseguiu seu aparelho de surdez?;” Meu tio-avô tinha um então acho que sei tudo sobre o seu problema”: “Sabe, eu sempre disse que esses aparelhos são amigos excelentes”; Diga-me como você consegue tomar banho com seu audífono (GOFFMAN, 1988, p. 26).

De fato, o estigma parece autorizar quaisquer abordagens a um indivíduo estigmatizado, desde que seu interlocutor pareça simpático à situação. Provavelmente, alguns de nós já fizemos tais perguntas a pessoas com deficiência, ou mostramos encantamento exacerbado diante de um cego tocando violão. Isso pode parecer algo sem importância, mas Goffman, sem tocar no assunto, lembra-nos da necessidade de empatia, da necessidade de nos descentrarmos de nosso ponto de vista e colocarmos-nos no ponto de vista da pessoa estigmatizada, para, deste modo, tentarmos compreender o seu entorno, ao buscar traduzir-se nesta relação com outro que é, ao mesmo tempo, diferente e igual.

Becker (2004), seu contemporâneo, professor da Universidade de Chicago, afirmou ter Goffman procurado construir um processo de “suspensão do julgamento moral”, na medida em que não utilizou adjetivos que ressaltassem um ponto de vista negativo ou positivo sobre o que investigou. Assevera, contudo, que, por debaixo da linguagem fria, sem emoção e irônica dos ensaios, os leitores atentos podem sentir coração pulsante de um libertário. De fato, seus estudos possibilitaram entender como, nos anos 1950, o *establishment* ainda considerava a deficiência uma questão de foro íntimo e não uma questão social. Somos herdeiros desta forma de compreensão da deficiência, que mistura piedade cristã, assistencialismo, culpa e até repulsa.

Quando o judeu Goffman escreveu Estigma, a humanidade e o conhecimento científico ainda estavam sob o impacto das câmaras de gás de Auschwitz e sua linha de montagem da morte. Naquele contexto, a eugenia, como informa Bauman (1999) fora aplaudida pela ciência, por médicos, biólogos e psicólogos, fortalecendo-se durante a primeira metade do século XX, expressa, por exemplo, em processos de esterilização compulsória sofridos por mulheres com deficiência.

Décadas depois, Bauman (1999;2005), concluiu que o conhecimento científico impulsionou a tragédia, na segunda guerra, embalado pelo sonho do Estado Moderno de criar uma sociedade ordeira e racional, o que significava, expurgar a ambivalência, por intermédio do controle dos fisicamente incapazes ou daqueles que, por alguma motivação política e ideológica, desafiavam a ordem constituída.

Parte da obra goffmaniana revela como, notadamente, na primeira metade do século XX se apresentava a vida cotidiana de pessoas estigmatizadas: não pretendia descrever curiosidades, sua intenção era evidenciar e analisar como contatos e interações sociais mistas, podem produzir as denominadas relações face-a-face. Pensar interações mistas, em tempos nos quais não se falava em “educação inclusiva”, eis uma originalidade do pensamento goffmaniano. Por isto, estimamos que o referido autor ainda tenha muito a nos ensinar sobre o desenrolar das interações, em que a condição de um dos sujeitos é tratada de forma negativa, ou seja, é estigmatizada.

Alguns estudos têm mostrado como a escolarização de sujeitos com deficiência tem sofrido impacto do estigma, minando o direito destes a respostas educativas, capazes de considerar suas peculiaridades (MAGALHÃES, 2005; MAGALHÃES; CARDOSO, 2010; MAGALHÃES; RUIZ, 2011; MAGALHÃES; SOARES, 2016).

Bernardo e Magalhães (2015) mostram como crianças com deficiência física no cotidiano de uma escola pública apontada como “modelo” por uma Secretaria de Educação eram sistematicamente excluídas tanto por professores, quanto por seus pares em atividades pedagógicas ou recreativas. Santos (2017), a partir do uso da história oral, explicita as memórias de um grupo de adolescentes com deficiência intelectual, cujos relatos sobre abusos e situações de *bullying*, à época da escola, são preponderantes.

Seguido uma tradição de pesquisa qualitativa e etnográfica em educação e sem pretensão de generalizar, os estudos referidos utilizam conceitos goffmanianos em diálogos com outras abordagens, mostrando a pertinência do uso destes conceitos, na atualidade, para apreender aspectos (in)visibilizados da vivência de pessoas com deficiência.

## **IDENTIDADE E ESTIGMA: ENTRELAÇAMENTOS E ESTRANHAMENTOS**

Goffman nos mostra como a sociedade cria categorizações para classificar pessoas, delineando o total de atributos considerados comuns para o conjunto de membros de cada uma das categorias. Assim, os espaços institucionais, findam por expressar tais categorizações. Isto

facilita nosso relacionamento com pessoas estranhas, visto que podemos identificar nelas um conjunto de atributos que tornam sua inserção social inteligível. Por vezes, tal classificação demanda o uso de estereótipos, que pode resultar na colagem ou associação de aspectos tidos socialmente como negativos à identidade de uma pessoa (GOFFMAN, 1988;)

De fato, os estereótipos são usados na reconstrução da memória sobre determinados indivíduos ou acontecimentos, alterando frequentemente sua realidade, de modo que estes sejam identificados ou situados socialmente, em função do estereótipo a eles colado (PEREIRA, 2002). O papel dos estereótipos é, pois, simplificar a realidade. Entretanto, estes tendem, à rigidez, servindo como orientadores de nossas ações em relação às interações sociais cotidianas. Por exemplo, ao ganhar o Estigma deficiência o indivíduo tende a ser caracterizado, em toda e qualquer situação, a partir de algumas peculiaridades da sua condição (MAGALHÃES; CARDOSO, 2010). Daí a necessidade de ir além da superfície, ao se lidar com grupos estigmatizados, porque, há sempre um misto de aceitação-negação da característica/atributo que constitui o fulcro do estigma, podendo tal caracterização/significação constituir um peso a mais a ser “sustentando” socialmente pela pessoa com deficiência.

A construção da identidade, por sua vez, é, frequentemente, marcada pelos estereótipos e pela aplicação de preconceitos, notadamente, quando se trata de pessoas com deficiência. Nos contatos sociais entre “deficientes” e “não-deficientes”, os últimos tendem a lançar mão dos estereótipos e de suas pré-concepções para referirem-se e interagirem com os primeiros.

Conforme Lima (1997, p. 174), preconceitos e estereótipos não são inexoravelmente negativos, mas podem “legitimar formas de dominação social de um grupo sobre o outro e daí assumirem um caráter mais frequentemente depreciativo face aos ‘outros’, muito diferente de ‘nós’”. Por exemplo, as frases do tipo: “Tão bonita a atriz, mas é surda”, “Poxa que linda a história de vida da atriz surda, mesmo surda é bonita e luta por seus ideais”, “Gente ele pode fazer tudo isso?” constituem faces opostas da mesma moeda(a aceitação-negação,) a “aceitação fantasma” discutida por Goffman (1988). Tais expressões mostram, ao final, que o incômodo reside no status da atriz porque foge ao estereótipo da surdez como algo que implica inferioridade. Em princípio, ela não deveria ocupar aquele “lugar” no rol das figuras mais belas da cena.

Para Goffman (1988), o termo estigma foi utilizado de modo original pelos gregos, ao fazerem referência a marcas corporais com as quais se buscava evidenciar algo de ruim ou terrível a recair sobre o status moral de quem o apresentava. Em sua obra, informa que o termo

estigma é utilizado “[...] em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos”. (GOFFMAN, 1988, p. 13).

Instigante sua referência, ainda que a sociedade ocidental, de sua época, considerasse os estigmatizados como “não completamente humanos” (sic), advogando que isso reduzia suas chances de vida e interação social. Outro aspecto, inclusive criticado e discutível, é o fato de os estigmatizados tenderem a compor dois grupos: aqueles cuja condição de estigma era evidente (desacreditado) e os que tal condição não era imediatamente perceptível (desacreditável). Em todo caso, na obra de Goffman, o que está em jogo é o fato de o estigma poder ou não ser camuflado/escondido. Finalmente, o que importa é o fato de a condição de estigmatizado alçar o sujeito a outra categoria, sendo previamente inferiorizado diante de um mundo não receptivo à sua condição.

Nesse sentido, é possível supor que tais afirmações sejam superadas em uma sociedade na qual existam dispositivos legais de amparo e de defesa dos direitos sociais e humanos de pessoas estigmatizadas, em geral, e das pessoas com deficiência, em particular. Estudos como o de Diniz, Barbosa e Santos (2009) destacam que, no século XXI, um dos maiores desafios para as pessoas com deficiência ainda consiste na garantia do direito de ser uma pessoa comum sobre a qual não pesem compaixão, curiosidade e espetacularização de sua condição.

Nesta perspectiva, podemos observar que resta muito a ser feito em favor das pessoas com deficiência. De fato, comumente, a mídia ainda faz uso de imagens e situações de pessoas com deficiência para evidenciar, por um lado, seu exemplo de vida (“superação da dificuldade”, “exemplo de força de vontade”) e, por outro, situações e imagens para exortar nossa caridade cristã, demarcando quão diferentes e peculiares são estes sujeitos.

Outrora, pessoas com deficiência foram atrações de circo, bobos da corte, peças de *freakshows*. O filme *Freaks* do cineasta Tod Browning (1880-1962), lançado em 1932, apresenta um grupo de estigmatizados atuando em um circo: uma mulher barbada, pessoas sem membros superiores e inferiores, com microcefalia. O diferencial é não haver maquiagem ou efeito especial. A narrativa gira em torno da vida cotidiana, com rixas, amores entre espetáculos. O anão Hans apaixona-se pela pérfida trapezista Cleópatra que planeja sua morte com seu amante Hércules. Os artistas descobrem o plano da trapezista, planejam e executam uma vingança: mutilam Cleópatra e castram Hércules.

Feitosa (2005, p. 29), ao analisar uma das cenas mais famosas do filme: no casamento com Hans, a trapezista humilha o grupo *freak*, cujos componentes afirmavam aceitá-la como um deles na letra de uma canção. A cena subverte a lógica da tolerância e da aceitação do diferente:

[...] a frágil identidade do “nós” costuma se basear apenas em contatos de filiação à terra ou de sangue, fica abalada quando surgem outros “nós”. O “nós” que não é o nosso acaba sendo visto rapidamente como criminoso e precisa ser consertado ou controlado com a força das leis ou das armas (FEITOSA, 2005, p. 29).

Historicamente, a pessoa com deficiência faz parte deste grupo de estranhos que sempre lidou com a manipulação de sua identidade. A alusão aos termos Identidade, Diferença e Desvio, neste ensaio, tem como fio condutor, a microsociologia de Goffman, que se ocupou com a produção da sociedade, na ação e na prática cotidiana; isto é, seu olhar voltou-se para vivências sociais habituais. Assim, estudou os aspectos mais rotineiros das nossas interações tentando descobrir as regras que, em determinada época e sociedade, controlam as interações da vida cotidiana. Para o autor, a organização social é entendida como consequência da interação social dos indivíduos, ocupados tanto com as mudanças, quanto com o manejo das impressões e da forma como o comportamento é percebido pelos demais. Nessas interações, constitui-se a identidade pessoal e social dos indivíduos, considerada de forma não-essencialista, ou seja, como múltipla e contingente. (GOFFMAN, 1988).

De fato, a perspectiva de Goffman, francamente inspirada em noções de teatro, faz uso de termos como papel, palco, atores, audiência, ato. Por isso, alguns denominaram o enfoque como dramaturgia social. (HAGUETTE, 1995). Para Iniguez (2001), os atores têm, à sua disposição, distintas representações (papéis), condicionadas por distintos contextos sociais, nos quais devem atuar; onde negociam suas necessidades e definem, coletivamente, o que está a acontecer. Em si, este cenário não define o ator, mas o desempenho de papéis permite a estruturação de identidades que, finalmente, participam da definição dos sujeitos sociais.

Então, o que significa identidade pessoal e social em Goffman? Como esta se constrói em pessoas estigmatizadas? O que significa estigma no contexto da produção de identidades? Que possíveis relações podem ser estabelecidas entre construção identitária e questões curriculares?

Os estudos sobre identidade podem nos fornecer pistas valiosas na construção de respostas para tais questões. Para Iniguez (2001), os estudos podem ser organizados em quatro

vertentes teóricas: biologicista, internalista, fenomenológica e narrativa. A seguir, o quadro sinóptico apresenta caracterização sumária de cada vertente:

**Quadro 1** – Sinopse das concepções de identidade

CONCEPÇÃO	CARACTERÍSTICA DA CONCEPÇÃO DE IDENTIDADE
<b>BIOLOGICISTA</b>	Argumenta que aspectos orgânicos (genes, neurônios etc.) têm influência preponderante não somente no caráter e na personalidade, mas vão influenciar as experiências vivenciadas pelos indivíduos influenciando, portanto, a constituição da identidade.
<b>INTERNALISTA</b>	Desloca a discussão meramente biológica. Aponta a existência de algo “interior” no indivíduo que pode explicar suas condutas e experiências. Quando associada à vertente marxista faz surgir a perspectiva de discussão da identidade como constructo histórico.
<b>FENOMENOLÓGICA</b>	Associa as noções <i>identidade-consciência</i> . A consciência nasce de uma experiência subjetiva, ela mesma sendo a matéria que constitui a identidade.
<b>NARRATIVA</b>	Enfatiza a função da linguagem como determinante para a construção da identidade, na medida em que, por intermédio desta, interpretamos o que somos, geramos uma imagem de nós mesmos e a comunicamos no contexto social.

**Fonte:** Iniguez (2001), adap.

Com efeito, as noções de identidade pessoal, de feição internalista e essencialista, cederam espaço para noções voltadas para uma perspectiva social. Para Gonzalez e Iniguez (1987, p. 2) e Garay (2002), em grande medida, o conceito identidade pessoal se deve à contribuição de Erickson e de Mead. Afirmam ainda estes autores que, na perspectiva de Erick Erickson, a identidade resulta de todas as experiências, podendo ser entendida como “constructo interno próprio, uma organização dinâmica das habilidades, crenças e da história individual”. Esta abordagem caracteriza-se pela preocupação com os processos de adaptação social, enfatizando, assim, o consenso e não o conflito, típicos de sociedades capitalistas.

George Herbart Mead, fundador do interacionismo simbólico, considera que, ao surgir num contexto social, a pessoa é em si mesma também uma construção social. Afirmar que todo indivíduo possui um *self* que “assim como outros objetos, é formado das ‘definições’ feitas por outros que servirão de referencial para que ele possa ver-se a si mesmo.” (HAGUETTE, 1995, p. 29).

Para a ideia central do autor é que a sociedade precede o *self*. A pessoa constrói sua própria identidade mediante um processo comunicativo e interativo. Garay (2002, p. 2/3), por sua vez, afirma que “no podemos ser nosotros mismos a menos que seamos también de un grupo o comunidad”. A identidade não é, pois, estática, modificando-se a partir das

transformações dos padrões e conteúdos das interações estabelecidas pelo indivíduo e por seu grupo.

Nessa perspectiva, insere-se a contribuição de Goffman (1988), que compreende identidade como produto social; ou seja, a identidade não pode ser concebida por meio de atributos essenciais, mas unicamente ocasionais. Assim, na busca de compreensão da estigmatização, para o autor, a identidade pessoal destaca-se como noção relevante. Três ideias-chave sustentam o conceito de identidade:

a) A ideia implícita na noção de unicidade é a “marca positiva” ou de “apoio à identidade”. Por exemplo, “a imagem fotográfica do indivíduo na mente dos outros ou o conhecimento de seu lugar específico em determinada rede de parentesco” (GOFFMAN, 1988, p. 66). Somente uma pessoa pode se encaixar nessas imagens no passado, presente e futuro;

b) A noção de semelhança entre fatos da vida de diversos indivíduos, mas, ao mesmo tempo, a existência de singularidades. De fato, os fatos conhecidos sobre uma pessoa íntima não se encontram combinados em nenhuma outra pessoa no mundo. Isto pode ser utilizado como recurso adicional para diferenciá-la positivamente de qualquer outra pessoa (GOFFMAN, 1988, p. 66 e 67);

c) Há algo que diferencia um indivíduo de outro. No que concerne à sua identificação, “(...) na essência de seu ser, um aspecto geral e central dele o torna diferente daqueles muito parecidos com ele. (GOFFMAN, 1988, p. 67)”.

Assim, a noção goffmaniana de identidade ocupa-se, sobremaneira, com as “marcas de apoio à identidade” e com a combinação única de fatos da história de vida, que influenciam a construção identitária. Desse modo, o indivíduo pode ser distinguido dos outros, construindo-se, em torno da diferenciação, a história contínua e única de vivências sociais. O papel do outro é fundamental na constituição da identidade, porque a observação das marcas de apoio e a percepção da combinação única dos fatos de vida são realizadas no meio social, nas interações.

No decorrer da vida, outros papéis são aprendidos, apresentando-se oportunidades de vivenciá-los, com ou sem aprovação do meio social. Por exemplo, não se trata somente de possuir os atributos que tornam uma pessoa filho, mas de manter os padrões de conduta e a aparência associada pelo grupo social a esse papel. Ou seja, não basta ser nominado aluno, filho especial é preciso um conjunto de comportamentos que alinhem o sujeito ao que a escola valoriza e espera deste discente para ser considerado aluno.

Em função disso, há uma tendência em idealizar os papéis e, assim, cristalizar a noção de identidade. Espera-se de alguém que aja de acordo com os predicados de sua identidade, ou seja, há padrões de conduta esperados para mulheres e homens, jovens e velhos, deficientes e não-deficientes, alunos e professores. Fugir desses padrões - sócio-culturalmente determinados - significa enfrentar a possibilidade de sofrer sanções.

Ao referir-se à identidade pessoal, Goffman (1988, p. 67), aponta que, em torno dos meios de diferenciação, que a constituem, “pode-se apegar e entrelaçar, como açúcar cristalizado, criando uma história contínua e única de fatos sociais que se tornam, então, a substância pegajosa à qual vêm-se agregar outros fatos biográficos”.

Salvo (2001), por sua vez, ressalta que os papéis são exercidos com maior ou menor flexibilidade, dependendo de como o contexto social o permite, na medida em que aprendemos, assumimos e desempenhamos determinados papéis, estes legitimam a existência social, em certa conformidade normativa. Esse processo pode até ser considerado anterior ao nascimento, basta observar as expectativas de famílias com relação a seus filhos. Daí a dificuldade apontada nos estudos, com relação à aceitação, por parte dos pais, das deficiências de seus filhos ao nascerem. Trata-se de substituir determinadas expectativas sobre o filho normal por outras; assim, a aprendizagem da identidade de deficiente começa nos contatos familiares e tende a se prolongar na escola. (OMOTE, 1999).

Com relação às pessoas rotuladas como deficientes, a possibilidade da multiplicidade de papéis é negada; delas espera-se que ajam de acordo com as predicções associadas à deficiência/anormalidade. Com efeito, há uma tendência de esperar que cumpram sempre o papel de deficientes; suas ações tendem, pois, a ser analisadas pelo entorno para confirmar a predicação.

Nesse sentido, observamos que a identidade pessoal está intrinsecamente ligada às interações, aos interesses e definições de outras pessoas com quem se estabelece relações. Daí, a associação inequívoca de identidade pessoal e social. Nos termos de Goffman: “[...] quando o indivíduo se apresenta diante dos outros, seu desempenho<sup>6</sup> tenderá a incorporar e exemplificar os valores oficialmente reconhecidos pela sociedade e até realmente mais do que o comportamento do indivíduo como um todo.” (GOFFMAN, 1988, p. 41).

---

<sup>6</sup> Goffman (1999, p. 23) define desempenho como: “toda a atividade de um determinado participante, em dada ocasião, que sirva para influenciar, de algum modo, qualquer um dos outros participantes”.

Para Guber (1984, p. 4), identidade social é: “[...] una definición coproducida por los actores sociales que se manifiesta en una específica articulación de atributos socialmente significativos, tornando a dichos actores históricamente reconocibles y coyunturalmente diferenciables.”

A articulação dos atributos sociais é discutida por Goffman (1988), ao destacar que o ambiente social estabelece os meios de categorização das pessoas e o total de atributos tidos como comuns e naturais para os membros de cada categoria social ali presente. Os ambientes sociais dão pistas sobre a identidade dos tipos de pessoas neles encontradas. Assim, quando alguém nos é apresentado, seus primeiros aspectos nos permitem prever sua categoria; seus atributos, por sua vez, permitem prever o que se denomina, genericamente, de Identidade Social. Aflora assim, a necessidade de ordem e classificação tão peculiar aos humanos, na sua busca de tornar inteligível o mundo que os cerca. Esse aspecto foi descrito de forma singular e emocionante por Clarice Lispector, no conto A menor mulher do mundo. No conto, ao encontrar referida mulher, o explorador francês “Sentindo necessidade imediata de ordem, e de dar nome ao que existe, apelidou-a de Pequena Flor. E, para conseguir classificá-la entre as realidades reconhecíveis, logo, passou a colher dados a seu respeito.” (LISPECTOR, 1998, p. 69). Com efeito, isso ocorre quando estamos diante do desconhecido, o que, poucas vezes, está livre das amarras do preconceito. Na literatura, pode ser encontrada a tradução mais pertinente para algumas questões discutidas pela ciência.

A tendência à categorização de pessoas, em contatos sociais iniciais, pode facilitar as interações corriqueiras. Todavia, isto pode conduzir a rigidez, sendo, assim, fonte inesgotável de preconceitos e visões estereotipadas das pessoas. Goffman (1988) propõe, então, que a Identidade Social possa apresentar uma dimensão virtual e outra real; nossas exigências se referem a características esperadas, o que gera, no outro, uma **identidade social virtual**, enquanto as características e atributos provadas pelo sujeito, formam a sua **identidade social real**. Em geral, há discrepância entre as dimensões da identidade social. Em todo caso, o importante é ter clareza, quando os atributos não estão em conformidade com as expectativas normativas. Dependendo de como se processa o desvio, nestes casos tem início o controle social, ou seja, os desvios são publicamente reconhecidos, resultando em discriminação e exclusão social, por vezes sob os auspícios do discurso do bem-estar do desviante. Há, decerto, certo processo de “normalização” da pessoa; por esta razão, surgem manicômios, hospitais, presídios, escolas especiais onde se procura apagar/amenizar os atributos diferenciadores.

O fato de as mesmas ações sociais terem significações diferentes pode ser exemplificado da seguinte forma: quando os alunos de classe desfavorecida começam a apresentar condutas indicativas da não-aprendizagem de conteúdos escolares, em geral, são excluídos das atividades escolares de três modos: podem ser marginalizados, engrossando a fileira dos evadidos ou continuam, ano após ano, na escola, finalizando o ensino básico, semi-alfabetizados, ou ainda, encaminhados aos serviços de Educação Especial que, em geral, rotulam-nos como deficiente. Em qualquer dos casos, é usurpado da criança o direito ao acesso ao conhecimento socialmente acumulado pela humanidade. Quando o não-aprender ocorre na vida de uma criança de classe média, há uma infinidade de alternativas para garantir-lhe o acesso ao conhecimento. Assim, a mesma conduta é analisada de forma, diferenciada dependendo da origem social.

Quanto a esses casos, Omote (1999) afirma que, muitas vezes, alunos de escolas públicas tiveram condutas interpretadas como evidência de deficiência mental e não como dificuldades em atender às expectativas escolares. A interpretação das condutas como deficiência mental levou ao encaminhamento para as classes especiais. Algumas pesquisas com essas classes, em escolas públicas, nas décadas de 1980 e 1990, denunciaram os descaminhos dessa modalidade de atendimento especializado, na realidade da Educação Especial brasileira.

Goffman (1988, p. 116) apresenta, ainda o conceito de **Identidade do Eu**, destacando que, tanto a identidade pessoal, quanto a identidade social estão associadas aos interesses e definições de outras pessoas em relação a cada indivíduo; a Identidade do Eu relaciona-se à forma como a pessoa estigmatizada lida com o estigma. Trata-se de uma “questão subjetiva e reflexiva que deve necessariamente ser experimentada pelo indivíduo cuja identidade está em jogo”, ou seja, refere-se ao modo como o indivíduo estigmatizado experimenta o estigma. Ou, dito de outra forma, como lidamos com nós mesmos... Os conceitos de identidade **pessoal**, **social** e **do eu** são desenvolvidos em Goffman (1988), tendo como fio condutor, a identidade estigmatizada.

O estudo de Goffman (1988) sobre construção e manipulação da identidade estigmatizada aponta que a busca da compreensão da identidade está atrelada à compreensão da diferença. Sua noção de diferença tem teor marcadamente social “A diferença, em si, deriva da sociedade antes que uma diferença seja importante ela deve ser coletivamente conceptualizada pela sociedade como um todo.” (GOFFMAN, 1988, p. 134).

Ao apontar que as sociedades possuem normas e valores definidores de atributos aceitáveis em seus membros, o que ocorre em processos de controle social, é quebrada a noção

de diferença como algo absoluto. Categorias e atributos são criados para enquadrar os indivíduos. Com efeito, quando nos deparamos com alguém, a possibilidade de categorizar facilita a interação social. Mas, ao mesmo tempo, faz gerar expectativas acerca da identidade daqueles com os quais nos defrontamos.

Uma de suas grandes contribuições é não lançar um olhar sobre o corpo com impedimentos ou limitado dos rotulados como deficientes para escrutinar comportamentos e diagnosticar peculiaridades, a exemplo do que foi produzido pelo modelo biomédico. Mas, considerar o impacto das significações e controles sociais na constituição da identidade de pessoas com deficiência, impedindo-as de vivenciar um processo de socialização pleno.

Bauman (1999) argumenta que o estigma lembra arma conveniente de defesa contra o estranho. Essencialmente o estigma enfatiza a diferença. Desse modo, a diferença que, em princípio, deveria estar para além do conserto, justifica uma permanente exclusão. Neste sentido afirma, ainda, que a individualidade do estigmatizado está dissolvida na categoria a qual pertence, isso remete à perspectiva tratada por Magalhães e Cardoso (2010), para quem pessoas com deficiência tendem a ter negadas suas possibilidades de vivenciarem papéis variados e a metamorfosear sua identidade.

Apesar de existir, no âmbito normativo, por exemplo, a Declaração de Direitos Humanos, do ponto de vista sociocultural, é possível observar quanto as identidades são limitadas e estigmatizadas. As antigas noções de pureza e superioridade racial ganham fôlego, no mundo marcado pela hegemonia dos EUA, no mundo ocidental, com um presidente capaz de ordenar que separem crianças de suas famílias e as prendam em jaulas.

O status, na hierarquia social, influencia diretamente a forma como o estigma é experimentado pelos indivíduos. Algumas pessoas estigmatizadas enfrentam o descrédito social e o preconceito durante toda a vida, o que implica exclusão de direitos à escolarização e não ingresso no mundo do trabalho. Em épocas como a atual em que se constata crise, sobretudo no emprego dito formal, a massa de desempregados cresce a cada dia e a situação social da pessoa com deficiência ganha contornos dramáticos.

Em tempos de inclusão, estimamos que as contribuições de Goffman (1988), podem incidir na ideia de que, ao compartilharem estigma comum, os indivíduos têm a possibilidade de formar categorias e unir-se em grupo identitário para negociarem, no âmbito social, seus direitos. Talvez seja este o espaço para que os estigmatizados, em função da presença de deficiências ou supostas deficiências, possam superar o denominado por Goffman (1988, p.

136) de problema adicional, “o de ser simultaneamente empurrado em várias direções por profissionais que lhe dizem o que deveria fazer e pensar sobre o que ela (a pessoa) é e não é, e tudo isso, pretensamente em seu próprio benefício”.

Vivemos um tempo da diluição das identidades e da quebra das fronteiras. Entretanto, quando alguém se afirmar **deficiente/diferente**, nem sempre gera situações confortáveis para si e para os que o cercam. Afirmar-se pode ser um caminho na circulação de novos padrões de identificações e diferenciações que formam as identidades mutáveis, não deixando os sujeitos à mercê das determinações sociais mais amplas que emolduram suas identidades.

Neste sentido, a inclusão escolar, quando possibilita a convivência entre diferentes, a diversificação de respostas educativas, a flexibilização de propostas curriculares, pode gerar respostas reflexivas a questões históricas, mas latentes na escola: “quem precisa de inclusão?”, “por que alguns fracassam na escola?”

No trabalho com a noção de identidade do eu, a contribuição goffmaniana mostra que, ao estigmatizado, são apresentadas duas formas de lidar com o problema:

a) comportar-se de modo a não apresentar sofrimento oriundo de sua condição, uma vez que esta não o torna tão diferente e reconhecer-se como membro de um grupo socialmente discriminado e incompreendido. Neste sentido, ao agregar-se como membro de determinado grupo, pode fazer uso do acobertamento nos contatos sociais;

b) comportar-se na perspectiva dos não-estigmatizados. Ou seja, é estimulado a considerar-se ser humano completo e atender aos padrões comuns de comportamento quanto possível, sem, contudo, negar sua diferença. Assim, os normais devem ser tratados com delicadeza e orientados nos contatos para evitar constrangimento, na medida em que essencialmente são desinformados.

Nos dois casos, a ideia é não quebrar a expectativa normativa referente à identidade estigmatizada.

Goffman (1988, p. 133) alerta, ainda, que a última perspectiva tende a ser mais enfatizada pelos profissionais que lidam com pessoas com deficiência; assim, o indivíduo estigmatizado, ao ajustar-se ao esquema, é tido como saudável. O estigmatizado deve aceitar a si e aos outros com naturalidade “uma aceitação de si mesmo que nós não fomos os primeiros a lhe dar. Assim, permite-se que uma **aceitação-fantasma** forneça base para uma **normalidade-fantasma**.” (grifo do autor).

De fato, o olhar problematizador sobre a construção da identidade da pessoa com deficiência e dos estigmatizados, em geral, deve atentar para o fato de que a **aceitação-fantasma** pode muito bem estar escondida sob a capa de discursos educacionais democratizantes, que geram práticas discriminadoras e excludentes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do século XX e início do século XXI, são inegáveis os avanços dos direitos das pessoas com deficiência. Mas, paradoxalmente, os relatos de processos de estigmatização ainda afloram, evidenciando que a luta pelas conquistas dos direitos humanos e sociais é uma constante para grupos que lidam cotidianamente com o descrédito velado ou explícito em seu cotidiano.

Os conceitos de estigma e identidade em Goffman revelam-se potentes para o desvendamento da vida cotidiana de pessoas com deficiência, evidenciando que, a despeito dos discursos da celebração das diferenças, sua vida diária tem a marca do descrédito social.

Goffman no clássico “Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada” evidencia que, nos anos 1950, havia desconforto nos contatos mistos. Consideramos ser possível pensar que o desconforto se mantém. Contudo, sua existência no século XXI enseja não mais a defesa de modos de fuga ou acobertamento da condição estigmatizante. A ideia é questionar os porquês do acobertamento e anunciar que pessoas com deficiência têm/podem de/podem ter uma vida rica na qual podem exercer outros papéis sociais, não circunscritos a condições supostamente limitantes.

Goffman nos inspira a conhecer “por dentro” o que está fora da ordem. Porém, se há algo “fora da ordem”, a própria norma e sua legitimidade podem ser questionadas, bem como redes de resistência a opressão podem ser criadas por pessoas com deficiência.

## REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BECKER, Howard. As políticas da apresentação: Goffman e as instituições totais. In: GASTALDO, Édison (Org.). **Erving Goffman: o desbravador do cotidiano**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004. P. 101-111.

BERNARDO, Carolina Maria; MAGALHÃES, Rita de Cássia Barbosa Paiva. Iguais, mas nem tanto: um estudo sobre o estranhamento do corpo com deficiência em uma escola regular do ensino fundamental de Fortaleza-CE. In: BANDEIRA, Hilda Maria Martins; IBIAPINA, Ivana Maria Lopes de Melo; CABRAL, Marlúcia Barros Lopes (Org.). **Pesquisa em educação: unidade na diversidade**. Fortaleza: Impreco, 2015. v. 2, P. 600-609.

DINIZ, Débora; BARBOSA, Livia; SANTOS, Wederson Rufino dos. Deficiência, direitos humanos e justiça. **SUR, Revista Internacional de Direitos Humanos**. v. 6, n. 11, p. 65-77, dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sur/v6n11/04.pdf>> Acesso em: 28 jun. 2018.

GARAY, Ana. **La identidad social desde el punto de vista del interaccionismo simbólico**. Disponível em: <<http://www.antalya.uab.es/liniguez/Materiales/identidad.pdf>> Acesso em: 15 out. 2003. (produzido em 2002).

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4a ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

\_\_\_\_\_. **A representação do eu na vida cotidiana**. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

GONZALEZ, M. C. Martinez e INIGUEZ, Lupicínio. **Análisis del discurso sobre la identidad**. Trabalho apresentado no Primeiro Encontro Luso-Espanhol de Psicologia Social, Nov 1987. Disponível em: <<http://www.antalya.uab.es/liniguez/Materiales/discursoidentidad.pdf>> Acesso em: 15 out. 2003.

GUBER, Rosana. Identidad social villera: resignificación de um estigma. **Etnia**. n. 32, julho-dezembro, Buenos Aires: 1984. p. 81-99.

HAGUETTE, Teresa M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 4ª ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1995.

INIGUEZ, Lupicínio. Identidad: de lo personal a lo social. Um recorrido conceptual. In: CRESPO, E.(ed.). **La constitución social de la subjetividad**. Madrid: Catarata, 2001. p. 209-225.

LIMA, Maria Manuel. Considerações em Torno do Conceito de Estereótipo: Uma Dupla Abordagem. **Revista da Universidade de Aveiro - Letras**, Publicação do Departamento de Línguas e Culturas, Universidade de Aveiro, Portugal, n. 14, p. 169-181, 1997.

LISPECTOR, Clarice. **Laços de Família**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

MAGALHÃES, Rita de Cássia Barbosa Paiva; CARDOSO, Ana Paula Lima Barbosa. A pessoa com deficiência e a crise das identidades na contemporaneidade. **Cadernos de Pesquisa**. [online]. vol. 40, n. 139, p. 45-61, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v40n139/v40n139a03.pdf>> Acesso em: 28 jun. 2018.

MAGALHÃES, Rita de Cássia Barbosa Paiva; RUIZ, Erasmo Miessa. Estigma e currículo oculto. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 17, ed. especial, p. 125-142, maio/ago. 2011.

MAGALHÃES, Rita de Cássia Barbosa Paiva; SOARES, Marcia Torres Neri. Currículo escolar e deficiência: contribuições a partir da pesquisa-ação colaborativo-crítica. **Cadernos de Pesquisa**. [online]. vol. 46, n.162, p. 1124-1147, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v46n162/1980-5314-cp-46-162-01124.pdf>> Acesso em: 28 jun. 2018.

MELETTI, Silvia Márcia Ferreira; RIBEIRO, Karen. INDICADORES EDUCACIONAIS SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 34, n. 93, p. 175-189, maio/ago. 2014. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em: 28 jun. 2018.

OMOTE, Sadao. Deficiência: da diferença ao desvio in MANZINI, Eduardo e BRANCATTI, Paulo R. **Educação Especial e Estigma**. Marília-SP: UNESP, 1999. p. 3-21.

PEREIRA, Marcos Emanuel. **Psicologia Social dos estereótipos**. São Paulo: EPU, 2002.

PESSOTTI, Isaias. **Deficiência Mental: da superstição à Ciência**. São Paulo: T. A. Queiroz-EDUSP, 1984.

SALVO, André R. **Identidade em tanto que diferencia**. Conferência inaugural do Quarto Congresso Chileno de Antropologia, 19 a 23 de nov 2001. Disponível em: <http://rehue.csociales.uchile.cl/antropologia/congreso/c08.html>. Acesso em: 16 out. 2002.

SANTOS, Rogério Alves dos. **A voz dos estudantes com deficiência intelectual: rebatimentos dos tempos de escola na construção identitária**. Natal: UFRN, 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.